

SANTOS, BOAVENTURA DE SOUZA. A CRUEL PEDAGOGIA DO VÍRUS. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2020, P. 35.

Por Leticia de Menezes Batista

*Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Londrina
Estagiária de Pós-Graduação da Defensoria Pública do Estado do Paraná- Sede de Londrina.*

“A Cruel Pedagogia do Vírus” é um ensaio elaborado pelo consagrado sociólogo português Boaventura de Souza Santos, professor catedrático jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, publicado em abril de 2020, pela editora Boitempo.

A obra é composta por cinco capítulos e se propõe a discorrer sobre os ensinamentos da crise sanitária mundial do Coronavírus, a partir de uma análise crítica sociológica, que explica ao leitor as causas do atual momento vivenciado pela humanidade, bem como dos aprendizados a serem extraídos deste contexto.

Em abertura, no denominado capítulo “Vírus: tudo que é sólido se desfaz no ar”, o autor inicia sua reflexão a partir do questionamento advindo das ciências sociais sobre a imprecisão em definir se a verdade e a qualidade das instituições são aferíveis, da melhor forma, em tempos de crise ou de normalidade, concluindo que ambas as situações são potencialidades de conhecimentos.

Parte-se do pressuposto de que a atual pandemia está inserida em uma sociedade demarcada por crises preexistentes, desde a década de 1980, com a imposição da lógica neoliberal, a versão dominante do capitalismo. O autor aduz que, no sentido etimológico, a crise é excepcional e passageira, e abre horizontes para um melhor estado de coisas, porém quando passageira, impõe a reflexão sobre os fatores que a motivaram.

Em outro aspecto, quando a crise é permanente, tende a ser justificativa para o retrocesso na garantia de diversos direitos sociais. A título de exemplo, dado pelo autor, a atual crise econômica foi usada para explicar os cortes na políticas públicas nas áreas da saúde, educação e previdência social. É através desta intencional alienação que se obsta o conhecimento sobre as reais causas da crise, as quais objetivam legitimar a concentração de rendas e obstruir medidas contra o desastre ambiental.

Pela elasticidade do tecido social, o autor compreende que só não há alternativas, pois o sistema político democrático foi induzido a deixar de discutir as alternativas. Neste sentido, a pandemia recrudescer as desigualdades decorrentes de um sistema que deturba o claro entendimento dos problemas sociais e instaura a falsa sensação de “comunhão planetária” na vivência da pandemia.

Certo é que algumas lições, segundo Boaventura, podem ser extraídas das quedas drásticas da poluição atmosférica, bem como pela constatação de que em países democráticos, devido à circulação de informações, as epidemias tendem a ser menos letais, apesar das violações decorrentes das Fake News.

Nesse sentido, Boaventura menciona que imaginar novas soluções democráticas, requer a diversificação da participação das comunidades e da educação emancipadora, à luz da solidariedade, um desafio à humanidade individualista, que se acostumou a falar em direitos fundamentais, mas não em deveres fundamentais para com o social.

Nesta toada, a sociologia das ausências explica que as zonas de vulnerabilidade multiplicam-se, e é sob esta perspectiva, que autor inicia o segundo capítulo, “A trágica transparência do vírus”, sob à afirmação de que pandemia se insere em contexto de abandono dos cidadãos, encerrados em seus cotidianos, à margem da política, também encerrada nas aspirações do mercado, o “megacidadeão”.

Tal qual uma alegoria, Boaventura explica que a pandemia se instaura no âmbito social como deus e os mercados, dos quais só se salvam os mais fortes, os mais santos, os mais jovens e os mais ricos.

Nesta estrutura, erige-se os três modos de dominação principais, presentes desde o século XVII - o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado - indissociáveis e imperceptíveis na forma como se articulam e se perpetuam.

Esta normalização, educa e doutrina os seres humanos, constantemente, e sobrevive, apesar das contradições, conforme as palavras de Boaventura **“Todos os seres humanos são iguais (afirma o capitalismo); mas, como há diferenças naturais entre eles, a igualdade entre os inferiores não pode coincidir com a igualdade entre os superiores (afirmam o colonialismo e o patriarcado)”**¹.

Adiante, reitera as artimanhas do capitalismo altamente adaptável, assim como o colonialismo, transmutado em neocolonialismo, imperialismo, dependência e racismo. Já o patriarcado repousa vivo na falsa percepção de que os revolucionários progressos feministas foram suficientes a extingui-lo, quando subsistem e crescem, exponencialmente, os casos de violência doméstica, a discriminação sexistas e o feminicídio.

Contudo, os três poderes todo-poderosos, expõe a verdade sobre a qual se constituem, de forma visível e cruel, nas palavras do autor, através da escandalosa concentração de rendas, pela extrema desigualdade social e pela destruição da vida no planeta. Desta forma, Boaventura alerta como será o trajeto da humanidade, caso continue a preservá-los como todo-poderosos.

Em encerramento ao segundo capítulo, o autor ressalta como a excepcionalidade da exceção requer novos posicionamentos dos intelectuais, pois, como aconteceu com os políticos, cingiram-se em seus próprios espaços institucionais, para problematizar divergências ideológicas dissociadas das necessidades dos cidadãos, e é desta forma, que, segundo o autor, “escrevem sobre o mundo, mas não com o mundo”².

É por essa razão que Boaventura defende que o tempo dos intelectuais de vanguarda acabou, os quais devem reconhecer-se como intelectuais de retaguarda, dispostos a conhecer

¹ SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**, 2020, p. 12.

² SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**, 2020, p. 13.

e discorrer sobre às populações marginalizadas em suas demandas vitais. Do contrário, estes cidadãos indefesos não terão a quem recorrer, senão aos que, por interesses próprios, estão predispostos a compreendê-los, como os pastores evangélicos conservadores, apolo-gistas da dominação capitalista, colonialista e patriarcal.

Na sequência, o capítulo 3, “A sul da quarentena”, o autor inicia sob a premissa de que qualquer quarentena é sempre discriminatória e agrava a vulnerabilidade preexistente de muitos grupos, denominados de Sul, um espaço-tempo político, social e cultural, demar-cado pelos três poderes todo-poderosos.

Assim, o autor propõe a análise da quarentena, através perspectiva de cada um dos grupos sociais que mais sofrem com as formas de dominação, iniciando pelas mulheres, as cuida-doras do mundo, atuantes na linha de frente do combate ao Coronavírus, sobrecarregadas pelo trabalho doméstico, e também vitimadas pela violência doméstica que apresenta números crescentes.

Boaventura menciona o grupo dos trabalhadores precários, informais, ditos autônomos, que sofrem há quarenta anos com o retrocesso em seus direitos, em tempos de crise eco-nômica, rapidamente despedidos. Ressalta que, em um contexto social de informalidade, as orientações da OMS para o autoisolamento social não são praticáveis, por obrigarem o trabalhador a escolher entre comer ou ficar em casa passando fome.

Neste grupo, os trabalhadores de rua, cuja subsistência depende da circulação de pessoas, também são diretamente atingidos, como os uberizados da economia informal, igualmen-te desprotegidos.

Noutro grupo marginalizado, encontra-se a população de rua, os moradores das periferias pobres da cidade e favelas, habitam as cidades sem direito à cidade, sem condições urbanas pelo direito à cidade, propondo, o autor, a seguinte indagação “É possível o autoisola-mento num contexto permanente de hétero-isolamento imposto pelo Estado?”³, tendo em vista que a vigente emergência sanitária soma-se a muitas emergências preexistentes.

Há também o grupo dos imigrantes indocumentados, refugiados ou populações desloca-das internamente, que, segundo dados da ONU, são 70 milhões de pessoas, em situação permanente de quarentena, que são mortos por doenças para as quais já existem remédios.

Menciona-se, ainda, os grupos de deficiente, vítimas do capacitismo, discriminados pela sociedade, diante das barreiras ao acesso à mobilidade e ao desfrute da sociedade em condições igualitárias. Considerando este contexto, o autor propõe novas indagações “Como viverão a nova quarentena, sobretudo quando dependem de quem tem de violar a qua-rentena para lhes prestar alguma ajuda? Como já há muito se habituaram a viver em con-dições de algum confinamento, sentir-se-ão agora mais livres que os «não-deficientes» ou mais iguais a eles? Verão tristemente na nova quarentena alguma justiça social?”⁴.

³ SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**, 2020, p. 18.

⁴ SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**, 2020, p. 20.

O último grupo vulnerável mencionado por Boaventura de Souza Santos é o grupo dos idosos, depositados em lares, casas de repouso e asilos, possíveis zonas de alto risco de contaminação, isolados pelos familiares.

Na conclusão do capítulo, o autor reconhece que as vulnerabilidades dos que estão em quarentena no Sul, compreendida como os grupos marginalizados, são inúmeras, havendo as pessoas presas e com problemas de saúde mental a serem consideradas.

Nesta conjuntura da pandemia, todas as vulnerabilidades acabam por expor o incremento da injustiça, discriminação, exclusão social e os sofrimentos impostos a estas populações, ainda mais invisibilizadas pelo pânico social.

Apesar deste contexto cruel, Boaventura, no capítulo 4, “A intensa pedagogia do vírus: as primeiras lições”, demonstra o que pode ser extraído como aprendizado da pandemia, em resposta aos questionamentos iniciais, as quais ensejam uma análise mais detida.

Na lição 1, denominada “O tempo político e mediático condiciona o modo como a sociedade contemporânea se apercebe dos riscos que corre”, Boaventura destaca que as crises graves de progressão lenta tendem a ser despercebidas, como a poluição atmosférica, que mata anualmente 7 milhões de pessoas, segundo dados da Organização Mundial da Saúde.

Por outro lado, as crises agudas e graves, como a pandemia do Coronavírus, com letalidade alta, suscitam respostas rápidas e mobilizam os poderes políticos a resolverem as consequências da crise, em detrimento de suas causas.

Todavia, o autor ressalta que a crise da pandemia é passível de controle e reversão, mas a crise ecológica apenas pode ser mitigada, embora as duas crises estejam intimamente ligadas por um nexo de causalidade, em que a pandemia do coronavírus é a consequência de um modelo social imposto mundialmente desde o século XVII, caracterizado pela exploração ilimitada dos recursos naturais, a violar o próprio lugar da humanidade no planeta, condenada a sofrer pela destruição da Natureza.

Na lição 2, “As pandemias não matam tão indiscriminadamente quanto se julgam”, o autor traz a reflexão de que, apesar de menos discriminatória do que as violências contra trabalhadores empobrecidos, mulheres, trabalhadores precários, negros, indígenas, imigrantes, refugiados, sem abrigo, camponeses, idosos, etc., a pandemia discrimina tanto no que diz respeito à sua prevenção, expansão e mitigação.

Principalmente, considerando que a grande parte da população do mundo não está em condições de seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde, seja por habitarem espaços exíguos, poluídos, ou por serem obrigadas a trabalhar em condições de risco, presos em prisões ou campos de internamento, sem acesso à água e produtos de higiene.

A lição 3, “Enquanto modelo social, o capitalismo não tem futuro”, parte da constatação, segundo Boaventura, de que o neoliberalismo está desacreditado social e politicamente, em face das tragédias a que conduz a humanidade, podendo subsistir como modelo econômico de produção, mas não como a única lógica de ação da sociedade e do Estado.

Por colocar em plano secundário o serviço público, o capitalismo ignora os princípios da cidadania e dos direitos humanos, além de atribuir ao Estado as áreas que não geram lucro. Frisa-se que foi através desta mesma lógica que sobreveio a demonização dos serviços públicos, as ideias de Estado predador, ineficiente e corrupto, bem como a degradação de políticas sociais, a privatização e subfinanciamento do Estado.

Chega-se, agora, ao contexto caótico, no qual o Estado não tem a capacidade efetiva para responder à crise humanitária e as instituições financeiras incentivam os países a endividarem-se, sendo inevitável o pós-crise demarcado por políticas de austeridade e degradação dos serviços públicos, explica Boaventura.

Segundo o autor, o ciclo é formado pelas políticas neoliberais que continuarão a minar a capacidade do Estado e a deixar populações cada vez mais indefesas, e esse movimento se repetirá, pois outras pandemias estão por vir, até que se interrompa o próprio capitalismo.

A partir da lição 4, “A extrema-direita e a direita hiper-neoliberal ficam definitivamente (espera-se) descreditadas”, o autor explica que a extrema direita, articula-se pelo nacionalismo excludente, pela xenofobia, racismo, apologia ao Estado de exceção securitário, pelo ataque à ciência e à liberdade de expressão, bem como pelo discurso de ódio e pela fragilização dos instrumentos democráticos, o qual defende um Estado mínimo, mas pródigo nos orçamentos militares.

Boaventura ressalta que esta extrema direita ocupa um espaço rotulado pelo fracasso dos governos de esquerda, que se entregaram à fábula do capitalismo de rosto humano. Em tempos de pandemia, falharam mais do que outros por ocultarem informações, descreditarem a comunidade científica, relativizarem as reais consequências da pandemia, além de valerem-se da crise como subterfúgio para tomada de decisões sem transparência. Assim, vale a transcrição literal das palavras de Boaventura de Souza Santos⁵.

Deram a entender que uma dose de darwinismo social seria benéfica: a eliminação de parte das populações que já não interessam à economia, nem como trabalhadores nem como consumidores, ou seja, populações descartáveis como se a economia pudesse prosperar sobre uma pilha de cadáveres ou de corpos desprovidos de qualquer rendimento. Os exemplos mais marcantes são a Inglaterra, os EUA, o Brasil, a Índia, as Filipinas e a Tailândia.

A lição 5, “O colonialismo e o patriarcado estão vivos e reforçam-se nos momentos de crise aguda”, inicia-se sob os dizeres de que as epidemias só são consideradas problemas globais graves, quando as populações mais ricas do norte global são atingidas, como ocorrido com a epidemia SIDA/AIDS. Nesse sentido, os corpos racializados e sexualizados são os mais vulneráveis, sobretudo pela discriminação a que estão submetidos.

Essa lição advém da compreensão de que a vulnerabilidade desses grupos aumentam, porque estão onde os cuidados com a saúde nunca chegam: favelas, periferias, aldeias, prisões, internamento de refugiados. Ademais, realizam as tarefas dos mais riscos, sem proteção, assim como cuidam da vida dos que possuem condições para se proteger.

⁵ SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**, 2020, p. 26.

A última lição, a lição 6, “O regresso do Estado e da comunidade”, Boaventura aduz que os últimos quarenta anos são marcados pela mercantilização da vida coletiva, das universidades públicas, das parcerias público-privadas, relegando-se às organizações de solidariedade social o comércio da filantropia.

Esta lição final demonstra como o capitalismo neoliberal, de maneira cruel, incapacitou o Estado em face da pandemia, ao fim da qual outras lições também serão ensinadas de maneira cruel, incumbindo aos seres humanos compreendê-las.

No último capítulo desta magnífica obra, denominado “O futuro começa hoje”, Boaventura de Souza Santos, em esperançosa conclusão, menciona que somos capazes de nos adaptarmos a novos modos de vida quando se faz necessário, sendo este o momento propício para refletirmos sobre novas formas de estar no mundo, em comunhão com as demais formas de vida, sobretudo, por representarmos apenas 0,01% da vida existente no planeta.

O autor conclui que pensar em alternativas ao atual modo de vida faz-se necessário, pois outras pandemias virão. É igualmente urgente que reflitamos sobre o retorno à “normalidade”, em face das desigualdades sociais, dos atrasos e cortes nos direitos sociais, bem como do Estado de exceção criado.

Questiona-se “haverá vontade de pensar em alternativas quando a alternativa que se busca é a normalidade que se tinha antes da quarentena? Pensar-se-á que esta normalidade foi a que conduziu à pandemia e conduzirá a outras no futuro?”⁶.

O autor ressalta que o contexto social anterior à pandemia foi demarcado por protestos massivos em muitos países contra as desigualdades sociais, a falta de proteção social e a corrupção, pressupondo que tais manifestações irão aumentar em proporções diretas ao aumento da pobreza já esperada.

Ressalta-se que já se vivia em quarenta política, cultural e ideológica de um capitalismo fechado, marcado por discriminações raciais e sexuais.

Esta quarentena, dentro de outra quarentena, é apenas uma das quarentenas futuras, pois as outras formas de vida já estão a se defender das agressões humanas.

Em início, este cenário levará os governantes a se valerem da repressão de forma a que a população se habitue às novas condições.

Dessa forma, Boaventura de Souza Santos conclui que somente com uma nova aliança entre os processos políticos e civilizatórios, outrora perdida pela (des)ordem capitalista, poderia a humanidade despertar para o senso de humildade, de maneira a se perceber como apenas uma das formas de vida que habita o planeta, a casa comum.

E, finalmente, nas palavras do ilustre autor, “quando formos capazes de superar essa quarentena, estaremos mais livres das quarentenas provocadas por pandemias”.

⁶ SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**, 2020, p. 30.

A pequena obra, composta por 35 páginas, através do raciocínio crítico, sensível e extremamente qualificado de Boaventura de Souza Santos, pontua os principais aspectos da crise sanitária vigente, a chamada crise preexistente, cruel em essência, pelos modos de dominação impostos- o capitalismo, o patriarcado e colonialismo- atento às vulnerabilidades também preexistentes, silenciadas, violadas em seus direitos e marginalizadas.

Há de se ressaltar as soluções propostas pelo autor, consistentes na aproximação das instituições democráticas com a população vulnerabilizada, através da garantia de acessibilidade aos saberes acadêmicos e científicos, de forma a influir na adoção de novos hábitos, novas alternativas, em comunhão as outras formas de vida terrestre.

À luz destes ensinamentos, afere-se que a Defensoria Pública é a instituição pública constitucionalmente incumbida e capacitada a trazer coesão, consciência e promover voz à população marginalizada no “sul global”, como mulheres, refugiados, trabalhadores, negros, indígenas, deficientes, populações de rua, população carcerária, crianças e adolescentes, idoso e etc.

Essa conscientização concretiza-se, sobretudo, por meio da educação em direitos humanos, de forma a reduzir as desigualdades sociais e estabelecer a aliança entre os processos políticos e civilizatórios.

